

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
----------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.564.003
Preferenciais	23.532.768
Total	53.096.771
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Ordinária		0,00027
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Preferencial		0,00030
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Ordinária		0,00241
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	18/04/2016	Preferencial		0,00265
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Ordinária		0,00022
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/04/2016	Preferencial		0,00024
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,00070
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial		0,00077
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,00123
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial		0,00136
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Ordinária		0,00130
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Preferencial		0,00143

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	3.581.628	4.235.183
1.01	Ativo Circulante	1.444.978	1.936.980
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	509.491	576.416
1.01.03	Contas a Receber	708.570	638.856
1.01.03.01	Clientes	708.570	638.856
1.01.04	Estoques	1.995	1.738
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.038	52.134
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.038	52.134
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	198.884	667.836
1.01.08.03	Outros	198.884	667.836
1.01.08.03.01	Derivativos	0	143.356
1.01.08.03.02	Ativo financeiro setorial	0	399.540
1.01.08.03.20	Outros Créditos	198.884	124.940
1.02	Ativo Não Circulante	2.136.650	2.298.203
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.273.263	1.400.301
1.02.01.03	Contas a Receber	12.431	11.480
1.02.01.03.01	Clientes	12.431	11.480
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.668	0
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	11.668	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.249.164	1.388.821
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	17.948	18.431
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	208.726	197.354
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro da Concessão	880.252	784.893
1.02.01.09.06	Derivativos	137.771	253.392
1.02.01.09.07	Ativo financeiro setorial	0	128.500
1.02.01.09.20	Outros créditos	4.467	6.251
1.02.04	Intangível	863.387	897.902
1.02.04.01	Intangíveis	863.387	897.902
1.02.04.01.02	Intangíveis	863.387	897.902

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	3.581.628	4.235.183
2.01	Passivo Circulante	1.247.901	1.872.766
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.339	12.971
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.339	12.971
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	21.339	12.971
2.01.02	Fornecedores	393.398	645.582
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	393.398	645.582
2.01.03	Obrigações Fiscais	143.910	177.062
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.704	45.958
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.906	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.250	7.263
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	19.577	34.788
2.01.03.01.04	Outros	3.971	3.907
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	111.206	131.104
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	188.445	536.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	146.440	514.837
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	90.211	66.250
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	56.229	448.587
2.01.04.02	Debêntures	42.005	21.631
2.01.04.02.01	Debêntures	32.920	0
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	9.085	21.631
2.01.05	Outras Obrigações	500.809	500.683
2.01.05.02	Outros	500.809	500.683
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.080	199.323
2.01.05.02.04	Derivativos	3.255	0
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	66.519	183.793
2.01.05.02.06	Entidade de Previdência Privada	709	27
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	88.315	117.540
2.01.05.02.08	Passivo Financeiro Setorial	269.931	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.926.183	1.824.748
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.491.051	1.538.741
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.179.673	1.194.583
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	262.301	314.506
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	917.372	880.077
2.02.01.02	Debêntures	311.378	344.158
2.02.02	Outras Obrigações	203.839	42.288
2.02.02.02	Outros	203.839	42.288
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	106.766	10.806
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	27.983	27.441
2.02.02.02.07	Derivativos	22.970	4.041
2.02.02.02.08	Passivo Financeiro Setorial	46.120	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	45.602
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	45.602
2.02.04	Provisões	231.293	198.117
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	231.293	198.117
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	156.975	129.921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.085	28.829
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	39.107	37.295
2.02.04.01.20	Outros	6.126	2.072
2.03	Patrimônio Líquido	407.544	537.669
2.03.01	Capital Social Realizado	235.556	178.574
2.03.02	Reservas de Capital	60.493	111.255
2.03.04	Reservas de Lucros	209.204	252.154
2.03.04.01	Reserva Legal	0	6.220
2.03.04.02	Reserva Estatutária	209.204	177.610
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	68.324
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.930	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-106.639	-4.314

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	788.209	2.323.549	838.533	2.807.103
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-662.783	-1.897.322	-704.257	-2.386.444
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-553.388	-1.612.643	-616.293	-2.103.498
3.02.02	Custo de Operação	-58.127	-167.135	-52.048	-150.408
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-51.268	-117.544	-35.916	-132.538
3.03	Resultado Bruto	125.426	426.227	134.276	420.659
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-70.198	-221.638	-62.341	-190.102
3.04.01	Despesas com Vendas	-34.592	-105.555	-28.836	-86.140
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.056	-108.678	-33.609	-99.153
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.550	-7.405	104	-4.809
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.228	204.589	71.935	230.557
3.06	Resultado Financeiro	-29.519	-22.580	28.708	1.534
3.06.01	Receitas Financeiras	46.364	171.766	117.314	208.929
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.883	-194.346	-88.606	-207.395
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	25.709	182.009	100.643	232.091
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.531	-69.405	-36.459	-81.875
3.08.01	Corrente	-21.724	-121.215	-2.886	-29.254
3.08.02	Diferido	11.193	51.810	-33.573	-52.621
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.178	112.604	64.184	150.216
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.178	112.604	64.184	150.216
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00027	0,00203	0,00116	0,00271
3.99.01.02	PN	0,00030	0,00223	0,00127	0,00298

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	15.178	112.604	64.184	150.216
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-102.325	31.822	31.822
4.02.01	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	-102.325	31.822	31.822
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.178	10.279	96.006	182.038

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	487.421	-136.172
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	464.154	379.284
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	182.009	232.090
6.01.01.02	Amortização	69.103	72.243
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	41.165	32.190
6.01.01.04	Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	116.201	-4.436
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Plano de Pensão	5.060	8.016
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	7.450	4.873
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	-5.459	4.749
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	48.625	29.559
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	23.267	-515.456
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-119.466	-263.355
6.01.02.02	Tributos a Compensar	26.579	2.103
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	266	4.442
6.01.02.04	Contas a Receber - Eletrobrás	-106.421	34.658
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	687.774	-297.463
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	20.329	-25.849
6.01.02.09	Fornecedores	-252.184	-31.562
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-114.034	-38.856
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-40.333	32.746
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-10.743	-20.409
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-89.314	-90.242
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-117.274	195.033
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-22.779	-39.039
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	163.860	0
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	-2.993	22.337
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-95.773	-85.553
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-751	-2.801
6.02.03	Adições de Intangível	-95.022	-92.362
6.02.04	Venda de ativo não circulante	0	9.610
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-458.573	123.411
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	240.047	649.809
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-419.790	-492.140
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-267.647	0
6.03.05	Operações de Mútuo com a Controladora	0	-874
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	-11.183	-33.384
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-66.925	-98.314
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	576.416	312.352
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	509.491	214.038

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-68.324	-72.080	0	-140.404
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-68.324	0	0	-68.324
5.04.09	Dividendo Intermediário	0	0	0	-72.080	0	-72.080
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.604	-102.326	10.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.604	0	112.604
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-102.326	-102.326
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	56.982	-50.762	25.374	-31.594	0	0
5.06.07	Aumento de Capital	56.982	-50.762	-6.220	0	0	0
5.06.08	Movimentação da Reserva Estatutária no Período	0	0	31.594	-31.594	0	0
5.07	Saldos Finais	235.556	60.493	209.204	8.930	-106.639	407.544

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	156.610	117.708	241.945	0	-36.577	479.686
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.511	0	-148.518	-14.031	0	-147.038
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-148.518	0	0	-148.518
5.04.10	Juros sobre Capital Próprio Intermediário	0	0	0	-14.031	0	-14.031
5.04.13	Capitalização do AFAC - AGO/E 28/04/2015	15.511	0	0	0	0	15.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	150.216	31.822	182.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	150.216	0	150.216
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.822	31.822
5.05.02.07	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	0	0	0	31.822	31.822
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	6.453	-6.453	69.491	-69.491	0	0
5.06.07	Aumento de Capital	6.453	-6.453	0	0	0	0
5.06.08	Movimentação da Reserva Estatutária no Período	0	0	69.491	-69.491	0	0
5.07	Saldos Finais	178.574	111.255	162.918	66.694	-4.755	514.686

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	4.292.805	5.025.657
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.224.218	4.922.992
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	117.212	132.224
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-48.625	-29.559
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.080.525	-2.617.479
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.800.430	-2.346.323
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-280.095	-271.156
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.212.280	2.408.178
7.04	Retenções	-69.199	-72.292
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69.199	-72.292
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.143.081	2.335.886
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	180.539	215.020
7.06.02	Receitas Financeiras	180.539	215.020
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.323.620	2.550.906
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.323.620	2.550.906
7.08.01	Pessoal	105.159	100.950
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.949	60.857
7.08.01.02	Benefícios	35.607	34.984
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.603	5.109
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.908.160	2.090.166
7.08.02.01	Federais	1.039.099	1.287.454
7.08.02.02	Estaduais	867.488	801.494
7.08.02.03	Municipais	1.573	1.218
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	197.697	209.574
7.08.03.01	Juros	194.577	206.606
7.08.03.02	Aluguéis	3.120	2.968
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	112.604	150.216
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	14.030
7.08.04.02	Dividendos	72.080	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	40.524	136.186

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação
Receita operacional bruta	1.380.474	1.654.526	-16,6%	4.341.430	5.055.216	-14,1%
Fornecimento de energia elétrica	1.214.204	1.270.834	-4,5%	4.143.611	3.745.863	10,6%
Suprimento de energia elétrica	68.731	7.688	794,0%	113.558	115.271	-1,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	51.168	35.823	42,8%	117.212	132.224	-11,4%
Outras receitas operacionais	332.998	200.249	66,3%	667.211	550.329	21,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	(286.627)	139.933	-304,8%	(700.161)	511.529	-236,9%
Deduções da receita operacional	(592.265)	(815.993)	-27,4%	(2.017.881)	(2.248.113)	-10,2%
Receita operacional líquida	788.209	838.533	-6,0%	2.323.549	2.807.103	-17,2%
Custo com energia elétrica	(553.388)	(616.293)	-10,2%	(1.612.643)	(2.103.498)	-23,3%
Energia comprada para revenda	(489.168)	(518.102)	-5,6%	(1.392.466)	(1.850.038)	-24,7%
Encargo de uso do sist transm distrib	(64.219)	(98.191)	-34,6%	(220.177)	(253.460)	-13,1%
Despesa operacional	(179.594)	(150.305)	19,5%	(506.318)	(473.049)	7,0%
Pessoal	(36.305)	(36.880)	-1,6%	(108.897)	(104.321)	4,4%
Entidade de previdência privada	(3.731)	(2.672)	39,7%	(5.060)	(8.016)	-36,9%
Material	(5.082)	(4.353)	16,7%	(13.593)	(11.031)	23,2%
Serviço de terceiros	(31.805)	(24.417)	30,3%	(89.808)	(70.394)	27,6%
Depreciação/amortização	(23.171)	(24.158)	-4,1%	(69.103)	(72.243)	-4,3%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(51.168)	(35.823)	42,8%	(117.212)	(132.224)	-11,4%
Outros	(28.331)	(22.003)	28,8%	(102.641)	(74.820)	37,2%
Resultado do serviço	55.228	71.935	-23,2%	204.589	230.556	-11,3%
Resultado financeiro	(29.519)	28.708	-202,8%	(22.580)	1.535	-1571,3%
Receitas financeiras	46.364	117.314	-60,5%	171.766	208.929	-17,8%
Despesas financeiras	(75.883)	(88.606)	-14,4%	(194.346)	(207.395)	-6,3%
Resultado antes dos tributos	25.709	100.643	-74,5%	182.009	232.090	-21,6%
Contribuição social	(2.886)	(9.676)	-70,2%	(18.311)	(21.789)	-16,0%
Imposto de renda	(7.646)	(26.783)	-71,5%	(51.094)	(60.085)	-15,0%
Resultado Líquido do Período	15.178	64.184	-76,4%	112.604	150.216	-25,0%
EBITDA	78.399	96.093	-18,4%	273.693	302.799	-9,6%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

A Receita operacional bruta no 3º trimestre de 2016 foi de R\$ 1.380.474, apresentando uma redução de 16,6% (R\$ 274.052) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.329.306, apresentando uma redução de 17,9% (R\$ 289.397) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** redução de 4,5% (R\$ 56.630) principalmente pela (i) redução de 8,6% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada), compensado pelo (ii) aumento de 4,2% na tarifa média, decorrente da Revisão Tarifária Periódica de 21,11% a partir de outubro de 2015 compensado pela aplicação da bandeira tarifária verde no 3º trimestre de 2016 e bandeira vermelha no mesmo período do ano anterior que reduziu a tarifa média em 10,2% e redução da alíquota efetiva de PIS e COFINS;
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 794,0% (R\$ 61.043) basicamente pelo aumento no volume de energia comercializada no curto prazo, bem como pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 66,3% (R\$ 132.749) basicamente pelo aumento na: (i) subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE) (R\$ 1.858), (ii) reconhecimento do ativo a receber da Eletrobrás (R\$ 142.793) em função de descontos concedidos a clientes afiliados a ABRACE (nota 23.3.2), (iii) ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos registrado em 2015 (R\$ 1.652) que a partir de dezembro de 2015 passou a ser registrado como ativo e passivo financeiro setorial,

Comentário do Desempenho

compensado por (iv) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 15.711);

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** despesa de R\$ 286.627 neste trimestre e receita de R\$ 139.933 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 304,8% (R\$ 426.560), basicamente: (i) constituição de passivo financeiro setorial no 3º trimestre de 2016 decorrente de redução nos custos de energia, CDE e constituição de CVA passiva a devolver aos consumidores referente a liminar ABRACE e (ii) aumento na despesa com amortização dos ativos e passivos homologados.

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2016, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 7,6% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 42,6% do total do mercado fornecido pela distribuidora, registrou queda de 5,1% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior, seguindo a tendência da massa de renda.

A classe industrial, que representa 21,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 16,2% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial do Estado de São Paulo e as migrações de clientes para o mercado livre.

A classe comercial, que representa 23,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 4,7% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete em parte o comportamento dos principais indicadores como massa de renda, vendas do comércio e as migrações de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outras concessionárias) participam com 12,3% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 4,9% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete principalmente o bom desempenho das classes Poder público e Serviço Público.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve uma queda de 8,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é uma redução nas classes residencial da ordem de 5,1%, industrial queda de 13,8% e comercial queda de 1,5%) e estagnação nas demais classes de consumo (0,3%).

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2016 foram de R\$ 592.265, apresentando uma redução de 27,4% (R\$ 223.728) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 113.583), (ii) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (R\$ 64.635), (iii) PIS e COFINS (R\$ 27.489) e (iv) ICMS (R\$ 16.340).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2016 o custo com energia elétrica foi de R\$ 553.388, apresentando uma redução de 10,2% (R\$ 62.905), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

Comentário do Desempenho

- **Energia comprada para revenda**

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 489.168 apresentando uma redução de 5,6% (R\$ 28.934) basicamente (i) redução de 18,4% no preço médio justificado por: redução Itaipu (tarifa e dólar) e despacho das térmicas compensado por aumento na modalidade de compra indexada pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD") e aumento nas cotas, (ii) redução ressarcimento geradoras (R\$ 13.238) compensado por (iii) aumento volume de energia comprada de 18,4%.

- **Encargos do uso do sistema de distribuição**

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 64.219, apresentando redução de 34,6% (R\$ 33.972) impactado principalmente: (i) encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 19.796) e (ii) encargos de serviço do sistema (ESS) (R\$ 15.903).

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 179.594 no 3º trimestre de 2016, apresentando um aumento de 19,5% (R\$ 29.289) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 128.426, apresentando aumento de 12,2% (R\$ 13.944).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 105.254 neste trimestre, um aumento de 16,5% (R\$ 14.929) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Entidade de previdência privada:** aumento de 39,6% (R\$ 1.059) principalmente pelo ajuste do laudo;
- Serviços de terceiros:** aumento de 30,3% (R\$ 7.388), principalmente em: (i) serviços terceirizados (R\$ 2.039), (ii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.941), (iii) reaviso, corte e religação (R\$ 1.067), (iv) poda de árvores (R\$ 932), (v) leitura de medidores e uso (R\$ 589) e (vi) auditoria e consultoria (R\$ 574);
- Outros:** aumento de 28,8% (R\$ 6.328) principalmente (i) aumento provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 4.978), (ii) redução de recuperação de despesas (R\$ 4.532), (iii) aumento das perdas na alienação e desativação de ativos não circulante (R\$ 3.655), compensado por (iv) redução nas despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 7.163).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 29.519, e uma receita de R\$ 28.708 no mesmo período do ano anterior, apresentando uma redução de 202,8% (R\$ 58.227).

- **Receitas financeiras:** redução de 60,5% (R\$ 70.950) devido principalmente: (i) ajuste de expectativa de fluxo de caixa (R\$ 74.230), (ii) atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 17.476), (iii) PIS e COFINS sobre a receita financeira (R\$

Comentário do Desempenho

2.872), compensado por (iv) atualização dos subsídios concedidos a receber (R\$ 12.289), (v) rendimento de aplicações financeiras (R\$ 9.516), e (vi) atualização dos parcelamentos de débitos (R\$ 812);

- **Despesas financeiras:** redução de 14,4% (R\$ 12.723), devido principalmente: (i) variação cambial de Itaipu (R\$ 27.626), compensado por (ii) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 13.293), e (iii) multa, juros e atualizações monetárias decorrentes de recontabilizações de liquidação financeira na CCEE (R\$ 1.577).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 10.531, apresentando uma redução de 71,1% (R\$ 25.928) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 15.178, apresentando uma redução de 76,4% (R\$ 49.006) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (Resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 78.399, apresentando uma redução de 18,4% (R\$ 17.694) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	509.491	576.416
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	708.570	638.856
Tributos a compensar	7	26.038	52.134
Derivativos	29	-	143.356
Ativo financeiro setorial	8	-	399.540
Estoques		1.995	1.738
Outros créditos	11	198.884	124.941
Total do circulante		1.444.979	1.936.980
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	12.431	11.480
Depósitos judiciais	19	208.726	197.354
Tributos a compensar	7	17.948	18.431
Derivativos	29	137.771	253.392
Ativo financeiro setorial	8	-	128.500
Créditos fiscais diferidos	9	11.668	-
Ativo financeiro da concessão	10	880.252	784.893
Outros créditos	11	4.467	6.251
Intangível	12	863.387	897.902
Total do não circulante		2.136.650	2.298.203
Total do ativo		3.581.628	4.235.183

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	393.398	645.582
Encargos de dívidas	14	10.090	10.283
Encargos de debêntures	15	9.085	21.631
Empréstimos e financiamentos	14	136.350	504.554
Debêntures	15	32.920	-
Entidade de previdência privada	16	709	27
Taxas regulamentares	17	66.519	183.793
Impostos, taxas e contribuições	18	143.910	177.062
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	72.080	199.323
Obrigações estimadas com pessoal		21.339	12.971
Derivativos	29	3.255	-
Passivo financeiro setorial	8	269.931	-
Outras contas a pagar	20	88.315	117.539
Total do circulante		1.247.901	1.872.766
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	15.560	14.353
Empréstimos e financiamentos	14	1.164.112	1.180.231
Debêntures	15	311.378	344.158
Entidade de previdência privada	16	106.766	10.806
Débitos fiscais diferidos	9	-	45.602
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	231.293	198.117
Derivativos	29	22.970	4.041
Passivo financeiro setorial	8	46.120	-
Outras contas a pagar	20	27.982	27.440
Total do não circulante		1.926.182	1.824.747
Patrimônio líquido	21		
Capital social		235.556	178.574
Reservas de capital		60.493	111.255
Reserva legal		-	6.220
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		209.204	177.610
Dividendo		-	68.324
Resultado abrangente acumulado		(106.639)	(4.314)
Lucros acumulados		8.930	-
Total do patrimônio líquido		407.544	537.670
Total do passivo e do patrimonio líquido		3.581.628	4.235.183

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016		2015	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	23	788.209	2.323.549	838.533	2.807.103
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(553.388)	(1.612.643)	(616.293)	(2.103.498)
Custo de operação	25	(58.127)	(167.135)	(52.048)	(150.408)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(51.268)	(117.544)	(35.916)	(132.538)
Lucro operacional bruto		125.426	426.227	134.277	420.659
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(34.592)	(105.555)	(28.836)	(86.140)
Despesas gerais e administrativas		(32.056)	(108.678)	(33.609)	(99.153)
Outras despesas operacionais		(3.551)	(7.406)	104	(4.810)
Resultado do serviço		55.228	204.589	71.935	230.556
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		46.364	171.766	117.314	208.929
Despesas financeiras		(75.883)	(194.346)	(88.606)	(207.395)
		(29.519)	(22.580)	28.708	1.535
Lucro antes dos tributos		25.709	182.009	100.643	232.090
Contribuição social	9	(2.886)	(18.311)	(9.676)	(21.789)
Imposto de renda	9	(7.646)	(51.094)	(26.783)	(60.085)
		(10.531)	(69.405)	(36.459)	(81.875)
Lucro líquido do período		15.178	112.604	64.184	150.216
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	0,27	2,03	1,16	2,71
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	0,30	2,23	1,27	2,98

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	2016		2015	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	15.178	112.604	64.184	150.216
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais	-	(102.325)	31.822	31.822
Resultado abrangente do período	15.178	10.279	96.006	182.038

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2016
 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	178.574	111.255	6.220	177.610	68.324	(4.314)	-	537.670
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	112.604	112.604
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(102.325)	-	(102.325)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	56.981	(50.761)	(6.220)	-	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	31.594	-	-	(31.594)	-
Transações de capital com os acionistas								
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(72.080)	(72.080)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(68.324)	-	-	(68.324)
Saldos em 30 de setembro de 2016	235.556	60.493	-	209.204	-	(106.639)	8.930	407.544

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2015
 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	156.610	117.708	6.220	87.207	148.518	(36.577)	-	479.686
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	150.216	150.216
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	31.822	-	31.822
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	6.453	(6.453)	-	-	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	69.491	-	-	(69.491)	-
Transações de capital com os acionistas								
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	-	(14.030)	(14.030)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(148.518)	-	-	(148.518)
Capitalização AFAC - AGO/E 28/04/2015	15.511	-	-	-	-	-	-	15.511
Saldos em 30 de setembro de 2015	178.574	111.255	6.220	156.698	-	(4.755)	66.694	514.686

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ		
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015		
(Em milhares de reais)		
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Lucro antes dos tributos	182.009	232.090
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	69.103	72.243
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	41.165	32.190
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	48.625	29.559
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	116.201	(4.436)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	5.060	8.016
Perda (ganho) na baixa de não circulante	7.450	4.873
PIS e COFINS diferidos	(5.459)	4.749
	464.154	379.284
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(119.466)	(263.355)
Tributos a compensar	26.579	2.103
Depósitos judiciais	266	4.442
Ativo financeiro setorial	687.774	(297.463)
Contas a receber - Eletrobrás	(106.421)	34.658
Outros ativos operacionais	20.329	(25.849)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(252.184)	(31.562)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(10.743)	(20.409)
Passivo financeiro setorial	163.860	-
Outros tributos e contribuições sociais	(40.333)	32.746
Taxas regulamentares	(117.274)	195.033
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(22.779)	(39.039)
Contas a pagar - CDE	-	(1.785)
Outros passivos operacionais	(2.993)	24.122
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	690.769	(7.074)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(114.034)	(38.856)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(89.314)	(90.242)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	487.421	(136.172)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(751)	(2.801)
Venda de ativo não circulante	-	9.610
Adições de intangível	(95.022)	(92.362)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(95.773)	(85.553)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	240.047	649.809
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(419.790)	(492.140)
Liquidação de operações com derivativos	(11.183)	(33.384)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(267.647)	-
Operações de mútuo com a controladora	-	(874)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(458.573)	123.411
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(66.925)	(98.314)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	576.416	312.352
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	509.491	214.038

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	9 meses de	9 meses de
	2016	2015
1 - Receita	4.292.805	5.025.657
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.224.218	4.922.992
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	117.212	132.224
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.625)	(29.559)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.080.526)	(2.617.480)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.800.430)	(2.346.324)
2.2 Material	(82.200)	(85.394)
2.3 Serviços de terceiros	(126.159)	(119.043)
2.4 Outros	(71.737)	(66.720)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.212.279	2.408.177
4 - Retenções	(69.199)	(72.292)
4.1 Amortização	(69.199)	(72.292)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.143.081	2.335.885
6 - Valor adicionado recebido em transferência	180.539	215.020
6.1 Receitas financeiras	180.539	215.020
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.323.620	2.550.906
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	105.159	100.950
8.1.1 Remuneração direta	63.949	60.857
8.1.2 Benefícios	35.607	34.984
8.1.3 F.G.T.S	5.603	5.109
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.908.160	2.090.165
8.2.1 Federais	1.039.099	1.287.453
8.2.2 Estaduais	867.488	801.493
8.2.3 Municipais	1.573	1.218
8.3 Remuneração de capital de terceiros	197.697	209.574
8.3.1 Juros	194.577	206.606
8.3.2 Aluguéis	3.120	2.968
8.4 Remuneração de capital próprio	112.604	150.216
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	-	14.030
8.4.2 Dividendo	72.080	-
8.4.3 Lucros retidos	40.525	136.186
	2.323.620	2.550.906

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,7 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pela alteração de prática relacionada ao Intangível (nota 3) e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 7 de novembro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em relação às políticas contábeis para o ativo intangível da concessão, descritas na nota explicativa 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações dos CPC 27 e CPC 04 (R1), a Companhia

Notas Explicativas

passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos bancários	801	17.600
Aplicações financeiras	<u>508.690</u>	<u>558.816</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	4.078	4.760
Certificado de depósito bancário (b)	136.626	209.410
Fundos de investimento (c)	367.987	344.646
Total	<u>509.491</u>	<u>576.416</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que

Notas Explicativas

operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média a 101,7% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média a 100,3% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2016	31/12/2015
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	124.353	98.080	21.235	243.668	212.164
Industrial	32.994	19.255	13.598	65.846	73.743
Comercial	43.238	15.209	6.451	64.899	61.865
Rural	1.824	766	145	2.735	3.041
Poder público	9.787	1.769	74	11.630	15.494
Iluminação pública	9.933	3.958	2	13.894	15.268
Serviço público	11.199	2.648	1.176	15.022	13.914
Faturado	233.328	141.685	42.681	417.694	395.489
Não faturado	247.384	-	-	247.384	231.865
Parcelamento de débito de consumidores	25.859	6.508	8.004	40.372	36.731
Operações realizadas na CCEE	51.802	-	-	51.802	12.180
Concessionárias e permissionárias	1.867	-	-	1.867	2.282
	560.240	148.193	50.685	759.119	678.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(50.550)	(39.690)
Total				708.570	638.856
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	7.388	-	-	7.388	6.008
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	15.596	-	-	15.596	14.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(3.165)	(2.736)
Total				12.431	11.480

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2015	(42.426)	(2.523)	(44.949)
Provisão revertida (constituída)	(66.765)	176	(66.589)
Recuperação de receita	17.964	-	17.964
Baixa de contas a receber provisionadas	37.512	-	37.512
Saldo em 30/09/2016	(53.715)	(2.347)	(56.062)
Circulante	(50.550)	(2.347)	(52.897)
Não Circulante	(3.165)	-	(3.165)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	7.348
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	14.201
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.038	5.519
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.769	4.493
ICMS a compensar	13.277	13.073
Programa de integração social - PIS	785	560
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.579	2.536
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.511	4.325
Outros	79	78
Total	<u>26.038</u>	<u>52.134</u>
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	17.948	18.431
Total	<u>17.948</u>	<u>18.431</u>

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2015	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/09/2016
		Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	149.815	(240.543)	(103.333)	(1.481)	-	(195.541)
Custos de energia elétrica	73.930	144.925	(145.430)	38.220	(104.941)	6.703
ESS e EER (***)	(76.948)	674	61.985	(7.275)	(46.533)	(68.098)
Proinfa	(4.926)	22.544	3.888	1.205	-	22.710
Rede básica	11.762	5.533	(13.795)	776	-	4.275
Repasse de Itaipu	265.226	(242.974)	(86.719)	(6.727)	-	(71.193)
Transporte de Itaipu	3.142	920	(2.076)	272	-	2.257
Neutralidade dos encargos setoriais	15.958	92.958	(4.939)	6.654	-	110.631
Sobrecontratação	103.237	(7.495)	(29.433)	(12.763)	-	53.546
Outros componentes financeiros	(13.154)	(150.831)	(6.019)	(11.338)	-	(181.342)
Devolução referente liminares (nota 23.3.2)	-	(140.410)	-	(9.402)	-	(149.812)
Outros	(13.154)	(10.421)	(6.019)	(1.936)	-	(31.530)
Total	<u>528.040</u>	<u>(374.289)</u>	<u>(325.872)</u>	<u>7.543</u>	<u>(151.474)</u>	<u>(316.051)</u>
Ativo circulante	399.540					-
Ativo não circulante	128.500					-
Passivo circulante	-					(269.931)
Passivo não circulante	-					(46.120)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS (DÉBITOS) FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos (débitos) fiscais:

	30/09/2016	31/12/2015
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	4.886	18.636
Benefício fiscal do ágio incorporado	12.509	13.286
Diferenças temporariamente indedutíveis	(16.401)	(44.700)
Subtotal	994	(12.778)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	13.562	51.709
Benefício fiscal do ágio incorporado	42.932	45.597
Diferenças temporariamente indedutíveis	(45.820)	(124.670)
Subtotal	10.674	(27.364)
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	(5.459)
Total	11.668	(45.602)
Total crédito fiscal	11.668	-
Total débito fiscal	-	(45.602)

9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86% (4,03% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	30/09/2016		31/12/2015		
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	
Diferenças temporariamente indedutíveis					
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.487	23.575	6.183	17.176	-
Entidade de previdência privada	1.620	4.501	1.867	5.185	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.046	14.015	4.045	11.237	-
Provisão energia livre	1.650	4.584	1.494	4.151	-
Programas de P&D e eficiência energética	3.633	10.090	2.965	8.236	-
Provisão relacionada a pessoal	321	892	404	1.123	-
Derivativos	(9.968)	(27.689)	(38.892)	(108.033)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.325)	(3.681)	(1.407)	(3.909)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(28.528)	(79.244)	(24.220)	(67.277)	(5.459)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.591)	(4.419)	(1.613)	(4.481)	-
Outros	124	84	345	452	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado					
Perdas atuariais (CPC)	587	1.634	587	1.634	-
Total	(16.401)	(45.820)	(44.700)	(124.670)	(5.459)

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015:

	CSLL			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	25.709	182.009	100.643	232.090
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(291)	(307)	(539)	(730)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.088	20.631	6.746	22.912
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(14.030)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	556	1.123	664	1.863
Base de cálculo	32.062	203.456	107.514	242.105
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(2.886)	(18.311)	(9.676)	(21.789)
Corrente	(5.882)	(32.083)	(850)	(8.043)
Diferido	2.996	13.772	(8.826)	(13.746)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	25.709	182.009	100.643	232.090
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(291)	(307)	(539)	(730)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.088	20.631	6.746	22.912
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(14.030)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(924)	2.041	281	98
Base de cálculo	30.582	204.374	107.131	240.341
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(7.646)	(51.094)	(26.783)	(60.085)
Corrente	(15.842)	(89.132)	(2.036)	(21.211)
Diferido	8.196	38.038	(24.747)	(38.874)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2015	784.893
Adições	54.579
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	43.436
Baixas	(2.655)
Saldo em 30/09/2016	880.252

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	2.520	2.142	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.208	-	4.467	6.243
Ordens em curso	30.073	53.561	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.014	908	-	-
Convênios de arrecadação	-	14.167	-	-
Despesas antecipadas	13.314	11.706	-	-
Contas a receber - Eletrobrás	132.481	26.060	-	-
Adiantamentos a funcionários	4.993	2.372	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	4.982	4.562	-	-
Faturas diversas	3.202	6.857	-	-
Outros	5.445	5.129	-	8
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.347)	(2.523)	-	-
Total	198.884	124.941	4.467	6.251

Contas a receber – Eletrobrás – Refere-se: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.161 (R\$ 2.184 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 11.848 (R\$ 23.876 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 118.472 (nota 23.3.2).

Em maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber - Eletrobrás e do contas a pagar de CDE (nota 17) no montante de R\$ 77.798.

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	
Saldo em 31/12/2015	811.848	86.054	897.902
Custo histórico	1.919.997	86.054	2.006.051
Amortização acumulada	(1.108.149)	-	(1.108.149)
Adições	-	96.002	96.002
Amortização	(69.103)	-	(69.103)
Transferência - intangíveis	60.666	(60.666)	-
Transferência - ativo financeiro	(2.126)	(52.453)	(54.579)
Baixa e transferência - outros ativos	(6.835)	-	(6.835)
Saldo em 30/09/2016	794.450	68.937	863.387
Custo histórico	1.956.573	68.937	2.025.510
Amortização acumulada	(1.162.123)	-	(1.162.123)

Notas Explicativas

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Na Companhia, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram capitalizados R\$ 980 a uma taxa de 8,09% (R\$ 1.785 a uma taxa de 7,5% durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Encargos de serviço do sistema	11.114	45.713
Suprimento de energia elétrica	290.979	496.521
Encargos de uso da rede elétrica	19.152	22.248
Materiais e serviços	37.950	50.128
Energia livre	34.204	30.972
Total	<u>393.398</u>	<u>645.582</u>

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	Encargos - circulante e não circulante	30/09/2016		31/12/2015		
					Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES									
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	85	18.300	6.100	140	18.105	19.614
FINEM IV	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	38	3.918	13.059	48	3.918	15.997
FINEM IV	Pré fixado 8,0% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	4	561	748	6	561	1.169
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,08% (d)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	162	14.507	32.640	210	14.353	43.058
FINEM V	Pré fixado 2,5% (e)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	44	6.865	35.470	52	6.865	40.619
FINEM V	Pré fixado 2,5% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	3	395	2.041	3	395	2.337
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	231	12.440	55.978	248	8.600	60.206
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (h)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	70	3.879	25.216	78	2.849	27.536
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	48	7.669	34.513	45	4.945	34.615
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	24	4.000	9.000	31	4.000	12.000
Instituições financeiras									
Banco do Brasil-capital de giro	104,9% do CDI (j)	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	20.747	11.000	33.000	14.353	-	44.000
Outros									
ELETROBRÁS	RGR + 6%	Parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	-	-	-	88	-
Outros				815	-	266	764	-	257
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				22.271	83.534	248.031	15.978	64.679	301.408
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições financeiras									
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (1)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.932	122.805	-
Santander	US\$ + 2,58% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	2.282	174.985	-
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	235	-	161.175	262	-	195.240
Sumitomo	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (4) (k)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	700	-	161.175	698	-	195.240
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (5)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	714	-	198.940	1.822	-	234.652
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (6)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	762	-	201.469	728	-	244.050
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (7)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	154	48.810	-
Scotiabank	US\$ + 2,08% (8)	Parcela única em agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	172	53.188	-	551	-	64.429
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,15% (9)	Parcela única em agosto de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	229	97.620	-
Operação sindicalizada (*) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	Libor + 2,7% a.a. (10) (l)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	798	-	214.900	-	-	-
Marcação a mercado				-	(339)	(16.545)	-	(4.291)	(53.061)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				3.381	52.849	921.114	8.658	439.929	880.550
Gastos com captação (*)				-	(32)	(5.032)	-	(53)	(1.726)
Total				25.650	136.350	1.164.112	24.636	504.554	1.180.231

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 104,9% do CDI a.a. (2) 105,8% do CDI a.a. (3) 109,5% do CDI a.a. (4) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (5) 103,6% do CDI a.a. (6) 108,6% do CDI a.a. (7) 102,9% do CDI a.a.

(8) 103,5% do CDI a.a. (9) 102,5% do CDI a.a. (10) 108,15% a 116% do CDI a.a.

(a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI
(b) taxa efetiva 45,68% do CDI
(c) taxa efetiva 65,91% do CDI
(d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI
(e) taxa efetiva 30,35% do CDI
(f) taxa efetiva 30,65% do CDI
(g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI
(h) taxa efetiva 46,39% do CDI
(i) taxa efetiva 122,33% do CDI
(j) taxa efetiva 109,47% do CDI
(k) taxa efetiva 107,3% do CDI
(l) taxa efetiva 115,9% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas

(**) Operação sindicalizada – empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao

Notas Explicativas

valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 977.344 (R\$ 1.329.137 em 31 de dezembro de 2015).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de setembro de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 16.884 (ganho de R\$ 57.353 em 31 de dezembro de 2015), adicionados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 1.229 (perda de R\$ 35.740 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total de R\$ 18.113 (ganho total líquido de R\$ 21.613 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/10/2017	18.011
2018	448.305
2019	400.089
2020	220.361
2021	73.740
2022 a 2026	20.150
Subtotal	1.180.656
Marcação a mercado	(16.545)
Total	1.164.112

Adições no período:

Moeda nacional:

FINEM VI – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 194.862, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No primeiro trimestre de 2016 houve liberações de R\$ 7.866 (R\$ 7.586 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 51.736 foi cancelado.

Moeda estrangeira

Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC (“Sindicalizada”) – No período de nove meses de 2016, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 236.127 (R\$ 232.461 líquidos de gastos com captação) com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

BNDES - Os financiamentos junto ao BNDES restringe a Companhia: (i) a somente realizar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros pela Companhia em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

Notas Explicativas

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida líquida dividida pela soma da dívida líquida e o patrimônio líquido - valor máximo 0,90.

Moeda estrangeira – Lei. N° 4.131 Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC (“Sindicalizada”)

Manutenção dos seguintes índices financeiros, pela garantidora CPFL Energia, calculados semestralmente:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA – valor máximo de 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro – valor mínimo de 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2016				31/12/2015		
						Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Não circulante	Total
6ª Emissão												
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	3.922	33.000	77.000	113.922	7.882	110.000	117.882
7ª Emissão												
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	5.163	-	235.000	240.163	13.749	235.000	248.749
Gastos com emissão (*)						-	(80)	(622)	(702)	-	(842)	(842)
Total						9.085	32.920	311.378	353.383	21.631	344.158	365.789

(1) A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2018	91.408
2019	102.596
2020	58.642
2021	58.732
Total	311.378

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam, cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2015	10.308
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	5.060
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(11.464)
Perda (ganho) atuarial por mudança de premissas financeiras	102.325
Passivo atuarial líquido em 30/09/2016	106.229
Outras contribuições	1.246
Total	107.475
Circulante	709
Não circulante	106.766

No primeiro semestre de 2016, em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2015, o laudo atuarial foi atualizado para a data-base 30 de junho de 2016 e o respectivo saldo de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados, naquela data, no montante de R\$ 102.325 para refletir o novo laudo.

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de 2016</u>	<u>9 meses de 2015</u>
Custo do serviço	2.248	2.910
Juros sobre obrigações atuariais	89.839	81.999
Rendimento esperado dos ativos do plano	(87.027)	(76.893)
Total da despesa (receita)	5.060	8.016

Conforme descrito acima, em função das mudanças no cenário macroeconômico brasileiro, o laudo atuarial foi atualizado para junho de 2016 e a estimativa das receitas e despesas, com base nesse novo laudo, a serem registradas no quarto trimestre de 2016 está apresentada abaixo:

	<u>4º Trimestre de 2016 estimado</u>
Custo do serviço	994
Juros sobre obrigações atuariais	31.319
Rendimento esperado dos ativos do plano	(28.581)
Total da despesa (receita)	3.732

Notas Explicativas

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 30 de junho de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram:

	30/06/2016	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a.a.	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012**	ExpR_2012**	ExpR_2012*
	100% na primeira	100% na primeira	100% na primeira
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	elegibilidade a um benefício pelo Plano	elegibilidade a um benefício pelo Plano	elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP.

** Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	320	320
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	66.077	115.319
Bandeiras tarifárias e outros	122	68.154
Total	66.519	183.793

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 37.484 (R\$ 85.875 em 31 de dezembro de 2015), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 9.097 (R\$ 9.948 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 19.496 (R\$ 19.496 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia efetuou a compensação do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$ 77.798.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). A partir de abril de 2016, em função das melhores condições hidrológicas, foi suspensa a cobrança das bandeiras tarifárias, ocorrendo apenas refaturamentos.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/09/2016	31/12/2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	111.206	131.104
Programa de integração social - PIS	4.250	7.263
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.577	34.788
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3.302	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.604	-
Outros	3.970	3.907
Total	143.910	177.062

Notas Explicativas**(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/09/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	29.085	14.772	28.829	15.698
Cíveis	39.107	40.031	37.295	36.614
Fiscais				
Imposto de renda	137.523	147.798	129.907	139.577
Outras	19.452	6.125	14	5.465
	<u>156.975</u>	<u>153.923</u>	<u>129.921</u>	<u>145.042</u>
Outros	6.126	-	2.072	-
Total	<u><u>231.293</u></u>	<u><u>208.726</u></u>	<u><u>198.117</u></u>	<u><u>197.354</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2016
Trabalhistas	28.829	12.439	(5.868)	(9.251)	2.936	29.085
Cíveis	37.295	14.698	(6.057)	(12.900)	6.073	39.107
Fiscais	129.921	18.786	-	-	8.268	156.975
Outros	2.072	5.394	(967)	(626)	253	6.126
Total	<u><u>198.117</u></u>	<u><u>51.317</u></u>	<u><u>(12.892)</u></u>	<u><u>(22.779)</u></u>	<u><u>17.530</u></u>	<u><u>231.293</u></u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

As adições em provisões para riscos fiscais, realizadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, referem-se, substancialmente, a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras cujos saldos estavam classificados anteriormente em Tributos a recolher.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

Notas Explicativas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estavam assim representadas:

	30/09/2016	31/12/2015	Principais causas
Trabalhistas	66.605	78.361	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros
Cíveis	75.220	65.424	Danos pessoais e majoração tarifária, dentre outros
Fiscais	345.927	321.305	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, dentre outros
Regulatórias	6.710	1.263	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira, dentre outros
Total	494.462	466.353	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	9.680	7.040	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	48.774	65.614	2.108	2.101
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.053	7.890	11.447	10.815
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	432	853	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	216	427	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	790	343	217	247
Juros sobre empréstimo compulsório	992	685	-	-
Folha de pagamento	2.182	2.688	-	-
Participação nos lucros	3.943	4.952	223	289
Convênios de arrecadação	11.574	25.308	-	-
Outros	1.681	1.739	-	-
Total	88.315	117.539	27.982	27.440

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00
Total	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2016, foram aprovados os seguintes aumentos de aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações: (i) R\$ 6.226 referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2015, (ii) R\$ 6.220 referente a capitalização da reserva legal e (iii) R\$ 44.535 referente a capitalização total da reserva de doações e subvenções para investimento.

Notas Explicativas

21.2 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 38.879, atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,701154796 e R\$ 0,771270275 para cada lote de mil ações preferenciais e (ii) dividendo adicional proposto de R\$ 68.324, atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 1,232173897 e R\$ 1,355391287 para cada lote de mil ações preferenciais.

Adicionalmente, conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2016, a Administração da Companhia aprovou, em 31 de agosto de 2016, a declaração de dividendo, no montante de R\$ 72.080 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 1,299913980 e para cada lote de mil ações preferenciais o valor de R\$ 1,429905378.

No período de nove meses de 2016, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 267.647 referente a juros sobre o capital próprio e dividendo.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 Meses	3º Trimestre	9 Meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	15.178	112.604	64.184	150.216
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.564.003	29.564.003	29.564.003	29.557.355
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768	23.532.768	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,27	2,03	1,16	2,71
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	0,30	2,23	1,27	2,98

Nos trimestres e períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	577.997	2.000.156	571.093	1.727.974
Industrial	246.522	802.270	295.465	834.935
Comercial	288.077	995.833	295.824	881.288
Rural	10.106	33.316	10.291	29.275
Poderes públicos	29.347	99.168	30.938	90.511
Iluminação pública	30.197	93.412	30.875	84.726
Serviço público	32.321	111.108	35.748	99.145
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	(5.094)	(16.539)
Fornecimento faturado	1.214.567	4.135.264	1.265.140	3.731.315
Fornecimento não faturado (líquido)	(363)	8.347	5.694	14.548
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(492.714)	(1.629.074)	(440.430)	(1.261.625)
Fornecimento de energia elétrica	721.490	2.514.537	830.404	2.484.239
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	4.223	13.642	3.366	10.201
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(435)	(1.480)	(512)	(1.570)
Energia elétrica de curto prazo	64.508	99.916	4.322	105.071
Suprimento de energia elétrica	68.296	112.078	7.176	113.701
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	493.149	1.630.554	440.941	1.263.195
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	147.206	395.517	162.918	442.266
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	(1.652)	(6.374)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	51.168	117.212	35.823	132.224
Ativo e passivo financeiro setorial	(286.627)	(700.161)	139.933	511.529
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	168.229	219.592	23.579	67.790
Outras receitas e rendas	17.563	52.102	15.404	46.647
Outras receitas operacionais	590.688	1.714.816	816.946	2.457.277
Total da receita operacional bruta	1.380.474	4.341.430	1.654.526	5.055.216
Deduções da receita operacional				
ICMS	(255.616)	(867.134)	(271.956)	(801.222)
PIS	(21.915)	(69.915)	(26.818)	(80.328)
COFINS	(100.940)	(322.031)	(123.526)	(369.998)
ISS	(25)	(72)	(19)	(62)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(198.231)	(626.436)	(262.866)	(634.887)
Programa de P & D e eficiência energética	(7.370)	(22.063)	(7.863)	(25.501)
PROINFA	(7.167)	(21.247)	(8.233)	(25.790)
Bandeiras tarifárias e outros	(41)	(86.104)	(113.624)	(307.057)
Outros	(960)	(2.880)	(1.090)	(3.269)
	(592.265)	(2.017.881)	(815.993)	(2.248.113)
Receita operacional líquida	788.209	2.323.549	838.533	2.807.103

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores				
Residencial	855	2.840	900	2.960
Industrial	429	1.352	512	1.570
Comercial	475	1.586	499	1.615
Rural	24	77	25	79
Poderes públicos	50	163	54	170
Iluminação pública	82	243	81	241
Serviço público	63	211	71	215
Fornecimento faturado	1.978	6.471	2.142	6.850
Consumo próprio	1	4	1	4
Fornecimento de energia elétrica	1.979	6.474	2.143	6.854
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	27	85	28	85
Energia elétrica de curto prazo	742	1.197	99	427
Suprimento de energia elétrica	769	1.283	126	512

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

<u>Numero de consumidores (*)</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Classe de consumidores		
Residencial	1.581.683	1.543.619
Industrial	6.434	6.602
Comercial	82.388	80.462
Rural	7.188	7.016
Poderes públicos	8.296	8.230
Iluminação pública	2.056	1.948
Serviço público	1.155	1.128
Consumo Próprio	132	131
Total	1.689.332	1.649.136

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Em 20 de outubro de 2015, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) de 2015 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 56,29%, sendo 40,14% relativos ao reajuste econômico e 16,15% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2014). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores era de 21,11% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) ocorrida em março de 2015. As novas tarifas tiveram vigência de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016.

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,49% no grupo A, 21,47% no grupo B, total de 29,78% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 22 de outubro de 2015.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

23.3.1 - Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foi registrada receita de R\$ 76.799 (R\$ 67.790 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), sendo (i) R\$ 10.176 (R\$ 4.762 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes à subvenção baixa renda e (ii) R\$ 66.623 (R\$ 63.028 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

Notas Explicativas

23.3.2 - Descontos tarifários - liminares

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (“ABRACE”) obteve liminar em 3 de julho de 2015, que desobrigava suas associadas a pagarem itens específicos do encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). A obrigação de recolhimento da cota da CDE não foi alterada e as distribuidoras arcaram com esse déficit de receita. No processo tarifário posterior à decisão da liminar, a ANEEL concedeu um componente financeiro na tarifa para recuperação desta receita.

Todavia, a decisão da diretoria da ANEEL foi reformada e exarada pelo Despacho nº 1.576/2016, que revogou o Despacho nº 2.792/2015, e foi determinado às distribuidoras deduzirem o total dos efeitos das liminares do pagamento das cotas mensais da CDE. Desta forma, foi estabelecido que este custo será de responsabilidade da ELETROBRÁS.

Em função do novo procedimento definido no Despacho nº 1.576/2016 foi necessário:

- (i) registrar uma receita na rubrica Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber - Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 142.793;
- (ii) registrar passivo financeiro setorial (nota 8) em contrapartida a receita de ativo e passivo financeiro setorial no montante de R\$ 140.410, que será ressarcido aos consumidores no próximo processo tarifário.

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 86.104 (R\$ 307.057 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) registrados na rubrica “Bandeiras tarifárias e outros”. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram homologados pela ANEEL, R\$ 151.474 (R\$ 137.501 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes aos meses de novembro de 2015 à maio de 2016, que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 2.641 (R\$ 55.525 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE, e R\$ 90 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias (“REH”) nº 2.077 de 07 de junho de 2016, nº 2018, de 2 de fevereiro de 2016 e nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015 estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE por um período médio de cinco anos a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	104.883	343.174	176.786	462.195
PROINFA	23.313	70.220	14.754	43.057
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	410.832	1.121.005	379.371	1.533.358
Crédito de PIS e COFINS	(49.860)	(141.932)	(52.809)	(188.571)
Subtotal	489.168	1.392.466	518.102	1.850.038
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	39.795	125.954	42.088	140.279
Encargos de transporte de Itaipu	3.036	8.799	2.936	8.829
Encargos de conexão	3.805	11.120	3.125	9.384
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.337	10.250	3.558	10.315
Encargos de serviço do sistema - ESS	19.586	63.197	35.489	89.486
Encargos de energia de reserva - EER	1.206	23.301	21.002	21.002
Crédito de PIS e COFINS	(6.546)	(22.442)	(10.008)	(25.835)
Subtotal	64.219	220.177	98.191	253.460
Total	553.388	1.612.643	616.293	2.103.498

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh(*)				
Energia de Itaipu Binacional	580	1.724	578	1.719
PROINFA	60	165	55	168
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.415	6.836	1.946	6.395
Total	3.054	8.725	2.579	8.282

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre												
	Custo de operação				Custo do serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais				
	2016	2015	2016	2015	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total		
Pessoal	21.916	22.549	-	-	6.051	5.591	8.338	9.739	-	-	-	36.305	36.880
Entidade de previdência privada	3.731	2.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.731	2.672
Material	4.387	3.841	37	38	417	130	241	345	-	-	-	5.082	4.353
Serviços de terceiros	8.756	3.434	65	56	9.976	8.671	13.008	12.256	-	-	-	31.805	24.417
Amortização	18.691	18.776	-	-	109	1.371	4.371	4.011	-	-	-	23.171	24.158
Custos com construção da infraestrutura	-	-	51.168	35.823	-	-	-	-	-	-	-	51.168	35.823
Outros	646	776	(1)	(1)	18.039	13.074	6.098	8.258	3.550	(104)	-	29.331	22.003
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.244	3.245	-	-	-	-	-	3.244	3.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	14.720	9.742	-	-	-	-	-	14.720	9.742
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	1.051	1.017	-	-	-	1.051	1.017
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	439	402	-	-	-	439	402
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	2.859	10.021	-	-	-	2.859	10.021
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	3.572	(82)	-	3.572	(82)
Outros	646	776	(1)	(1)	74	87	1.750	(3.182)	(22)	(21)	-	2.447	(2.342)
Total	58.127	52.048	51.268	35.916	34.592	28.836	32.056	33.609	3.551	(104)	-	179.594	150.305

	9 meses												
	Custo de operação				Custo do serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais				
	2016	2015	2016	2015	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total		
Pessoal	67.263	64.087	-	-	16.803	15.545	24.831	24.690	-	-	-	108.897	104.321
Entidade de previdência privada	5.060	8.016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.060	8.016
Material	11.933	9.716	110	127	817	276	733	912	-	-	-	13.593	11.031
Serviços de terceiros	23.207	10.582	225	190	29.024	25.462	37.353	34.161	-	-	-	89.809	70.394
Amortização	55.718	55.184	-	-	346	5.363	13.039	11.696	-	-	-	69.103	72.243
Custos com construção da infraestrutura	-	-	117.212	132.224	-	-	-	-	-	-	-	117.212	132.224
Outros	3.953	2.824	(3)	(2)	58.565	39.494	32.721	27.694	7.406	4.810	-	102.642	74.820
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.661	9.686	-	-	-	-	-	9.661	9.686
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	48.625	29.559	-	-	-	-	-	48.625	29.559
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	3.120	2.968	-	-	-	3.120	2.968
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.213	1.136	-	-	-	1.213	1.136
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	25.215	26.608	-	-	-	25.215	26.608
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	7.450	4.873	-	7.450	4.873
Outros	3.953	2.824	(3)	(2)	279	249	3.173	(3.018)	(65)	(63)	-	7.357	(11)
Total	167.135	150.408	117.544	132.538	105.555	86.140	108.678	99.153	7.406	4.810	-	506.318	473.049

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	14.203	39.699	4.687	14.844
Acréscimos e multas moratórias	13.012	41.669	13.217	32.806
Atualização de créditos fiscais	757	2.670	54	649
Atualização de depósitos judiciais	4.064	11.639	4.201	10.693
Atualizações monetárias e cambiais	16.992	24.680	3.892	11.387
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	9.701	43.436	83.931	109.797
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	289	1.192	445	1.546
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	(5.186)	7.543	12.290	29.729
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(8.963)	(8.773)	(6.091)	(6.091)
Outros	1.496	8.010	689	3.570
Total	46.364	171.766	117.314	208.929
Despesas				
Encargos de dívidas	(28.820)	(85.032)	(28.498)	(81.625)
Atualizações monetárias e cambiais	(39.641)	(92.592)	(53.945)	(111.719)
(-) Juros capitalizados	437	980	457	1.785
Outros	(7.860)	(17.702)	(6.621)	(15.836)
Total	(75.883)	(194.346)	(88.606)	(207.395)
Resultado financeiro	(29.519)	(22.580)	28.708	1.535

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (7,5% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 292.344 no período de nove meses de 2016 (ganho líquido de R\$ 323.386 no período de nove meses de 2015) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A, até 23 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.
- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações, até 22 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

Notas Explicativas

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15.
- c) **Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.454 (R\$ 1.530 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). Este valor é composto por R\$ 1.420 (R\$ 1.500 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 34 (R\$ 30 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	9 meses de 2016	9 meses de 2015	9 meses de 2016	9 meses de 2015
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	90	1.414	-	-	-	-	-	-
Banco Bradesco S.A. (**)	365.468	357.631	-	-	20.511	-	8	-
Empréstimos e financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	332.873	307.102	-	-	34.924	31.813
Banco BNP Paribas Brasil S.A. (**)	21.280	42.884	-	-	-	-	31.757	-
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	264	316	52	11	889	826
Banco Bradesco S.A. (**)	6	1.227	-	-	-	-	1.833	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. - CGMP	-	-	-	-	-	-	311	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	-	-	-	-	-	-	38
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	243	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	1	1	-	-	7	-	2	24
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	-	-	-	-	-	-	6	-
H M 14 Empreendimento Imobiliário SPE LTDA	-	14	-	-	-	-	-	-
Mapfre Seguros Gerais S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	1	-
TOTVS S.A.	-	-	-	1	-	-	5	7
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	7	7	-	-	198	269
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	260	278	-	-	7.581	4.365
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	656	599
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	14	12
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	603	549
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	609	554
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	728	663
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	621	567
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	728	663
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	676	615
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	718	653
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	496	517	-	-	13.451	5.295
Goias Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	8	8
Mej 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	-	-	-	486	432
Norte Energia S.A.	-	-	904	-	-	-	7.865	-
Rio PCH I S.A.	-	-	47	51	-	-	1.387	1.203
SE Naranjita S.A.	-	-	-	-	-	-	25	31
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	107	119	-	-	3.148	2.661

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(**) Parte relacionada a partir de 31.12.2015

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	9 meses de 2016	9 meses de 2015	9 meses de 2016	9 meses de 2015
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	86	54	5	29	-	-	(703)	(534)
CPFL Brasil Varejista S.A.	1	-	12	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	619	425	563	700	-	-	557	714
Companhia Luz e Força Santa Cruz	28	18	-	6	-	-	(250)	(204)
Companhia Leste Paulista de Energia	8	5	-	1	-	-	(72)	(58)
Companhia Sul Paulista de Energia	10	15	-	1	-	-	(95)	(77)
Companhia Jaguari de Energia	9	17	12	10	-	-	24	30
Companhia Luz e Força de Mococa	5	3	1	9	-	-	(48)	(39)
Rio Grande Energia S.A.	180	121	7	23	-	-	(1.575)	(1.165)
CPFL Geração de Energia S.A.	86	50	20	37	-	-	(587)	(371)
CPFL Energia S.A.	81	25	-	-	-	-	(720)	(555)
CPFL Renováveis - Consolidado	11	11	-	-	-	-	(19)	(10)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	31	152	-	-	-	-	(276)	(213)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	4	-	(4)	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	12	-	1	16	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	(23)	(24)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	3	-	-	-	-	(1)	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	25	-	34	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	602	614
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	68	106	-	-
CPFL Telecom S.A.	47	-	-	-	554	512	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	5	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.128
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	72.080	199.323	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	13	-	-	-	79	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	54	-	-	-	24	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	42	-	-	-	1	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	97	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	31	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	35	-	-	-	5	-	-
CPFL Energia S.A.	-	21	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	26	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	16.526	23.779	3.242	1.991	6	27	44.362	6.784
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	620	644	-	-	5.643	5.120
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	471	615	-	-	5.580	7.992
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	84	-	-	139	668
CPFL Telecom S.A.	3	13	13	-	-	-	114	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.037	733	-	-	7.645	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	14	14	1.124	1.176	-	-	10.243	10.309
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	5.002	15.818	-	-	45.638	41.964
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	23	21
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	4.430	8.419	-	-	29.737	58.592
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	1	1	-	-	-	1
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	87	98	-	-	640	549
Campos Novos Energia S.A.	-	-	17.591	32.574	-	-	79.764	64.644
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	3.974	12.081	-	-	36.660	33.374
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	10.034	28.678	-	-	90.275	82.103
CPFL Renováveis - Consolidado	29	40	1.413	1.416	-	-	10.662	8.783
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	25	-
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	14	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.131
Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	214
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	-	-	-	-	110
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	251

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/09/2016		31/12/2015	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	335.968	335.968	476.965	476.965
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	173.523	173.523	99.451	99.451
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	137.771	137.771	396.748	396.748
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	880.252	880.252	784.893	784.893
					<u>1.527.514</u>	<u>1.527.514</u>	<u>1.758.057</u>	<u>1.758.057</u>
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (**)	352.511	307.789	380.757	325.513
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	(2)	Nível 2	973.601	973.601	1.328.664	1.328.664
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	353.383	346.284	365.789	359.416
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	26.225	26.225	4.041	4.041
					<u>1.705.720</u>	<u>1.653.899</u>	<u>2.079.250</u>	<u>2.017.634</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a companhia apresentou uma perda de R\$ 40.469 nos nove meses 2016 (ganho de R\$ 93.567 nos nove meses de 2015).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda	
Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Empréstimos e recebíveis	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Mantidos até o vencimento	

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) convênios de arrecadação, (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) passivo financeiro setorial e (ix) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de nove meses findo em 30 de

Notas Explicativas

setembro de 2016 são de R\$ 43.436 (ganho de R\$ 109.797 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:								
Hedge variação cambial:								
Citibank	41.663	-	41.663	43.051	(1.388)	dólar	03/2019	117.250
HSBC	24.417	-	24.417	24.171	246	dólar	04/2018	55.138
J.P. Morgan	24.438	-	24.438	24.174	264	dólar	04/2018	55.138
Citibank	25.972	-	25.972	28.218	(2.245)	dólar	01/2020	169.838
BNP Paribas	21.280	-	21.280	18.637	2.643	euro	01/2018	175.714
Scotia Bank	-	(3.255)	(3.255)	(3.236)	(19)	dólar	08/2017	55.440
HSBC	-	(6.094)	(6.094)	(6.050)	(44)	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(7.857)	(7.857)	(9.020)	1.163	dólar	05/2021	88.548
Citibank	-	(8.434)	(8.434)	(9.043)	610	dólar	05/2021	88.548
Subtotal	137.771	(26.639)	112.131	110.902	1.229			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:								
Hedge variação de taxa de juros (1)								
J.P. Morgan	-	(229)	(229)	(68)	(161)	CDI	07/2019	110.000
Votorantim	-	(210)	(210)	(46)	(164)	CDI	02/2021	135.000
Santander	-	(146)	(146)	(33)	(113)	CDI	02/2021	100.000
Subtotal	-	(585)	(585)	(148)	(437)			
	137.771	(26.225)	111.546	110.755	791			
Circulante	-	(3.255)						
Não circulante	137.771	(22.970)						
Total	137.771	(26.225)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	(208)	(473)	(196)	(400)
Varição cambial	(28.481)	(332.090)	314.052	407.689
Marcação a mercado	13.746	40.220	(90.072)	(83.902)
	(14.944)	(292.344)	223.785	323.386

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(777.690)		(73.607)	139.217	352.041
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	811.056		76.765	(145.190)	(367.145)
	33.366	baixa dolar	3.158	(5.973)	(15.104)
Instrumentos financeiros passivos	(199.654)		(21.121)	34.072	89.266
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	203.315		21.509	(34.697)	(90.903)
	3.661	baixa euro	388	(625)	(1.637)
Total	37.027		3.546	(6.598)	(16.741)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2016 foi de R\$ 3,22 para o dólar e R\$ 3,63 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,53 e R\$ 4,01, e a depreciação cambial de 9,46% e 10,58%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 14,13% a.a.; TJLP 7,50% a.a., IPCA 8,48% a.a. e SELIC 14,15% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 94.397 (despesa de CDI R\$ 113.788, TJLP R\$ 10.533, SELIC R\$ 44.721 e receita com IPCA R\$ 74.645). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento) R\$ mil		
			Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	516.364		(8.985)	7.010	23.004
Instrumentos financeiros passivos	(418.833)		7.288	(5.686)	(18.659)
Derivativos - swap plain vanilla	(902.826)		15.709	(12.256)	(40.221)
	<u>(805.295)</u>	alta CDI	<u>14.012</u>	<u>(10.932)</u>	<u>(35.876)</u>
Instrumentos financeiros passivos	(140.442)		-	(2.633)	(5.267)
	<u>(140.442)</u>	alta TJLP	-	<u>(2.633)</u>	<u>(5.267)</u>
Ativo financeiro da concessão	880.252		(28.960)	(40.382)	(51.803)
	<u>880.252</u>	baixa IPCA	<u>(28.960)</u>	<u>(40.382)</u>	<u>(51.803)</u>
Ativos e passivos financeiros setoriais	(316.051)		5.246	(4.622)	(14.491)
	<u>(316.051)</u>	alta SELIC	<u>5.246</u>	<u>(4.622)</u>	<u>(14.491)</u>
Total	<u>(381.536)</u>		<u>(9.702)</u>	<u>(58.569)</u>	<u>(107.437)</u>

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 12,39%, 7,50%, 5,19% e 12,49% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, um valor de R\$ 980 (R\$ 1.785 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – Reajuste tarifário anual

Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -12,54%, sendo -5,35% relativos ao reajuste econômico e -7,19% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -24,21% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Periódica ("RTP") ocorrida em outubro de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2017.

31.2 – Aquisição acionária da controladora da Companhia pela State Grid International Development Limited

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a CPFL Energia, controladora da CPFL Piratininga, divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited. ("compradora") para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Companhia. Em 2 de setembro de 2016 a CPFL Energia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição.

A aquisição envolve 234.086.204 ações da CPFL Energia, atualmente detidas pela ESC Energia S.A., subsidiária da CCSA, as quais estão vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia ("Acordo") e representam aproximadamente 23% do capital social da CPFL Energia.

A partir da data de assinatura do contrato, iniciou-se o prazo de 30 dias para os demais signatários do Acordo exercerem o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações objeto da transação ou, de outra forma, optarem por aderir à transação e alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas ações da CPFL Energia vinculadas ao Acordo, pelo mesmo preço e condições ofertadas à CCSA pela compradora.

Em 23 de setembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu da Previ correspondência informando o exercício do direito de venda conjunta previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a ESC Energia S.A. e CCSA a totalidade de sua participação acionária vinculada ao Acordo, no total de 196.276.558 ações ordinárias,

Notas Explicativas

representando 19,28% do capital total da CPFL Energia.

Em 28 de setembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu da Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações ("Energia SP FIA") correspondência informando o exercício do direito de venda conjunta previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a ESC Energia S.A. e CCSA a totalidade de sua participação acionária vinculada ao Acordo, no total de 112.196.990 ações ordinárias vinculadas ao Acordo e 2.813.417 ações ordinárias não vinculadas ao Acordo.

O fechamento da transação estará sujeito ao cumprimento de condições precedentes costumeiras para esse tipo de operação, incluindo a aprovação pela ANEEL. A aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ocorreu em 22 de setembro de 2016. Portanto, em 30 de setembro de 2016, esta transação não gera impactos na estrutura acionária da CPFL Piratininga.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Piratininga de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Terceiro Trimestre de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz

("CPFL Piratininga" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis

intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 7 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Marcelo Magalhães Fernandes

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 203310/O-6